

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE SUCATA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE INFORMÁTICA**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE:** ITAMAR LUIS GUIMARÃES & CIA LTDA, Localizada em Dois Vizinhos - PR, na Rua Prudente de Moraes, 504 Sala 02, Centro Norte, CEP 85660-000, no Estado PR, inscrita no CNPJ sob. o nº 05.686.030/0001-17, e Insc. Estadual nº. 90.280.386-63 neste ato representado pelo seu diretor, Itamar Luis Guimarães, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, Carteira de Identidade nº 4.591.785-1, CPF nº. 596.073.949-68, residente e domiciliado na Rua Souza Naves, 51 Apto 03, CEP 85660-000, Dois Vizinhos Pr.

**CONTRATADO:** SANDRIGO UBIRATÃ COSTA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede e foro à Rua Alzemirol Delgado, 1241, Casa, Bairro Boqueirão, CEP 85020-708, em Guarapuava-Pr., CNPJ nº 19.175.994/0001-05, neste ato representada por seu Titular, Sandrigo Ubiratã Costa, RG nº 6.249.385-2 e CPF nº 881.723.329-00.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Coleta de Sucata de Equipamentos Eletrônicos de Informática, que se regerá pelas cláusulas e condições adiante arroladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1. O presente contrato tem como OBJETO, a prestação, pelo CONTRATADO, dos serviços de Coletas Seletivas de Sucata de Equipamentos Eletrônicos de Informática (Gabinetes, Monitores, Cartuchos e Tonner Etc.) do CONTRATANTE;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2. Fica determinado:

2.1. O serviço de Coleta de Sucata de Equipamentos Eletrônicos de Informática consistirá na retirada de artigos eletrônicos sucateados de onde estejam armazenados e pré-selecionados pelo contratante;

2.2. O CONTRATADO efetuará a coleta com veículo de transporte próprio, ou por ele responsabilizada, adequada as normas de transporte para este tipo de produto.

2.3. O equipamento sucateado deverá estar armazenado e selecionado pelo CONTRATANTE;



2.4. O equipamento sucateado deverá ser coletado a cada 30 dias.

2.5. Todo o equipamento sucateado coletado, será de propriedade e/ou posse do CONTRATANTE, sendo assim, de sua responsabilidade e por sua ORDEM a realização da coleta.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES DA CONTRATADA**

3. Cabe à CONTRATADA:

3.1. Desempenhar o serviço destacado na cláusula primeira com todo o zelo, diligência e honestidade, à luz da Lei Federal 12.350 de 02 de agosto de 2010;

3.2. Realizará a coleta dos equipamentos sucateados, em veículo próprio e adequado, arcando com as despesas do transporte;

3.3. Dar destinação final correta ao equipamento sucateado, fazendo a separação, seleção e distribuição do mesmo às empresas de reciclagem, seguindo as normas do IAP.

3.4. Fazer este trabalho dentro das normas da lei acima citada mais o decreto n°. 5940/2006 que institui a coleta seletiva de lixo eletrônico.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS DEVERES DA CONTRATANTE**

4. Cabe à CONTRATANTE:

4.1. Armazenar e selecionar todo o equipamento sucateado que será coletado pela CONTRATADA;

4.2. Declarar todo o equipamento coletado como sucata;

4.3. Declarar todo o equipamento coletado como sendo de sua posse e/ ou propriedade;

4.4. O Pagamento (REMUNERAÇÃO) - Pela realização dos serviços contratados, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia de R\$ 150.00 (Cento e Cinquente Reais), todo dia 05 de cada mês, diretamente a este ou o procurador por ele nomeado;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E RESCISÃO**

5. Fica determinado:

5.1. O presente contrato vigorará a partir de 17 de Dezembro de 2014, por prazo indeterminado, podendo a qualquer tempo ser rescindido mediante pré-aviso de 60 (sessenta) dias, por escrito;

5.2. Considerar-se-á rescindido o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso qualquer das partes CONTRATANTES venha a infringir cláusula ora convencionada, assim como dispositivos da Lei Federal 8.137/90 e suas alterações;

5.3. Fica estipulado a multa contratual de R\$ 300,00 (Trezentos Reais) à parte que infringir qualquer das cláusulas do presente contrato

#### CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6. Fica determinado:

6.1. O CONTRATADO não poderá repassar o serviço sob sua responsabilidade para terceiros, sob pena de responder pela multa prevista neste instrumento;

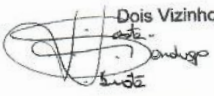
6.2. Fica o CONTRATADO responsável a apresentar a documentação e liberação de Licenças do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para o armazenamento correto do lixo eletrônico, a cada 12 (meses).

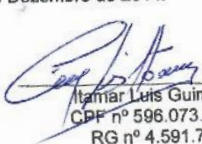
#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Guarapuava-Pr.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Dois Vizinhos - Pr, 17 de Dezembro de 2014.

  
Sandrigo Ubiratã Costa  
CPF nº 881.723.339-00  
RG nº 6.249.385-2

  
Itamar Luis Guimarães  
CPF nº 596.073.949-68  
RG nº 4.591.785.1



Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Licença Ambiental Simplificada

Nº 005542

Validade 15/05/2022

Protocolo 141483552

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Guarapuava, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 141483552, expede a presente Licença Ambiental Simplificada a:

**01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO**

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física

**SANDRIGO UBIRATA COSTA-ME**C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física  
19175994000105Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física  
9065322550

Endereço

RUA OSASCO Nº 111

Bairro

VILA BELA

Município

Guarapuava

UF

PR

Cep

85027380

**02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

Empreendimento

**SANDRIGO UBIRATA COSTA-ME**

Tipo de empreendimento/atividade

coleta, transporte, segregação temporária de resíduos eletrônicos

Endereço

RUA OSASCO nº 111

Bairro

VILA BELA

Município

Guarapuava

Cep

85027380

Corpo Hídrico do Entorno

Iguaçu

Bacia Hidrográfica

Iguaçu

Destino do Esgoto Sanitário

Rede de Esgoto

Destino do Efluente Final

\*\*\*\*\*

**03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO**

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA deverá ser afixada em local visível

**Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento**

1. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 12, § 1º da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 2º, Inciso II da Resolução Nº 065/2008 - CEMA, 01 de julho de 2008, e aprova a localização e a concepção do empreendimento e, autoriza sua instalação e operação devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados.
2. A presente Licença tem validade para atividade de coleta, segregação e armazenamento temporário de resíduos eletrônicos, sendo proibido o tratamento dos resíduos.
3. Esta licença foi concedida com base nas informações constantes no processo, apresentados pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros alvarás e/ou certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
4. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 065, de 01 de julho de 2008, em seu artigo 73, ensejarão novos licenciamentos prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.
5. A presente Licença, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA Nº 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Impressa: 04/07/2018 15:33:36

Página 1 de 2

CÓPIA COLORIDA





Secretaria Municipal do Meio Ambiente

**Licença Ambiental Simplificada**

Nº 005542

Validade 15/05/2022

Protocolo 141483552

6. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - artigo 7º, § 2º.

7. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, e seus decretos reguladores.

8. É proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material no local.

9. Não deverá ocorrer, em qualquer época, o descarte no meio ambiente de efluentes líquidos originados diretamente no processo produtivo, uma vez que tais efluentes não foram previstos.

10. O Transporte, armazenamento e destinação de resíduos deverão seguir as recomendações técnicas e legais pertinentes.

11. No caso de destinação final de resíduos sólidos, deverão ser atendidos os requisitos da Portaria IAP 202/2016 ou outra que venha a substituí-la, observando a necessidade de Autorização Ambiental.

12. O empreendimento deverá contemplar todas as medidas técnicas necessárias para evitar a proliferação de vetores, contaminação do solo, subsolo, lençol freático, controle de emissões atmosféricas e demais medidas constantes nos projetos apresentados e avaliados por técnicos do IAP.

13. Em hipótese alguma poderão ser armazenados, mesmo que por pouco tempo, resíduos em local descoberto e sem impermeabilização.

14. O armazenamento temporário de resíduos só será permitido, por prazo não superior a 1 (um) ano.

15. Manter planilha atualizada dos resíduos armazenados, com dados de procedência, tipo, classe e quantidades. Essas planilhas deverão ser enviadas anualmente ao IAP.

16. Operar e manter adequadamente os equipamentos objeto deste licenciamento, notadamente os que compõem os sistemas de controle de poluentes.

17. Os resíduos perigosos deverão ser encaminhados a empresas devidamente licenciadas.

18. Deverão ser atendidas as normas técnicas vigentes, entre elas ABNT NBR 11174 e ABNT NBR 12235, e demais pertinentes à atividade.

19. Não deverá ser admitido o recebimento, para beneficiamento ou tratamento, os resíduos eletrônicos que contenham componentes prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

20. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.

Local e data

CURITIBA, 28 de junho de 2018

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Guarapuava

Carimbo e assinatura do representante do órgão